

# O Brasil nas crises mundiais

O GLOBO

26 JAN 1999

LÉO DE ALMEIDA NEVES

**N**os últimos 70 anos, o Brasil enfrentou quatro períodos terríveis, decorrentes de fatores externos:

1) A "depressão" econômica de 1929/anos 30, o maior abalo jamais sofrido pelo sistema capitalista;

2) A Segunda Guerra Mundial (1939/1945), que reduziu drasticamente a produção e os fluxos de comércio;

3) A crise do petróleo desencadeada em outubro de 1973, com clímax em 1974, que impactou a economia dos países importadores do "ouro negro", em face do vertiginoso aumento de preços determinado pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo);

4) A atual borrasca provocada pelo capitalismo global, privilegiando a especulação financeira e a volatilidade dos capitais, que atingiu o México em 1995, a partir de outubro de 1997 sacudiu os alicerces econômicos da Tailândia e da Coreia do Sul e em 1998 destruiu as economias da Indonésia e da Rússia.

Para enfrentar as conseqüências do *crash* de 1929 e o flagelo da Segunda Guerra Mundial, com as preliminares do confronto ideológico do nazismo de Hitler (Alemanha) e do comunismo de Stalin (União Soviética), o Brasil teve a sorte de contar com a clarividência do estadista Getúlio Vargas (3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945), que assumiu o poder com rédeas firmes, restaurando a ordem pública, garantindo a unidade nacional, decretando a moratória unilateral de nossos compromissos internacionais, restabelecendo a normalidade estatística do nosso então principal produto de exportação, o café, impondo disciplina e austeridade nos gastos governamentais, aprimorando a arrecadação de tributos, asse-

gurando o equilíbrio orçamentário, modernizando a máquina administrativa.

Vargas prevaleceu-se da conjuntura internacional para promover a industrialização do país e implantar moderna legislação social e trabalhista, que melhorou o poder aquisitivo, fortalecendo o mercado interno. Decretou a lei da usura, que proibia juros superiores a 12% ao ano. Criou o Código de Mineração, o Conselho Nacional de Petróleo, e fundou a Cia. Vale do Rio Doce (após nacionalizar a Itabira Iron). Agindo com diplomacia e habilidade, conseguiu do presidente americano Franklin Delano Roosevelt o fornecimento de equipamentos e apoio técnico e financeiro para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, marco fundamental para a emancipação da economia brasileira.

Durante o conflito, o país acumulou imensas reservas cambiais que, lamentavelmente, foram malbaratadas, após a deposição de Vargas, com a importação indiscriminada de quinquilharias, artigos de luxo e outros bens supérfluos. Ademais, o Governo da época (Dutra) aceitou comprar as velhas ferrovias de propriedade inglesa, com suas locomotivas, vagões e material rodante sucateados, que se transformaram na deficitária Rede Ferroviária Federal.

A terceira onda, vinda de fora, que o Brasil arrostou com coragem e sucesso, foi a crise do petróleo. O presidente Ernesto Geisel (março de 1974 a março de 1979) recusou-se a aceitar a tese dos monetaristas de provocar recessão e encolher o país, e passou à ofensiva, fazendo a opção pelo desenvolvimento. Lançou o

Programa do Alcool e autorizou os "contratos de risco" com empresas estrangeiras para a perfuração de petróleo, porém sob o comando da Petrobras e em áreas pré-selecionadas pela estatal.

Ernesto Geisel tentou diminuir a nossa dependência do colosso do Hemisfério Norte, rompendo o acordo militar Brasil-Estados Unidos e estabelecendo o Acordo Nuclear com a Alemanha; ampliou as siderúrgicas de Volta Redonda e Usiminas e iniciou a construção da Açominas e de Tubarão, no Espírito Santo; incentivou a indústria da construção naval; começou Itaipu e quase concluiu a Usina de Tucuruí.

Finalmente, somos contemporâneos da quarta tempestade originária do exterior, que repercute no Brasil e ameaça comprometer o que foi arduamente construído pelos brasileiros. No Governo Fernando Henrique Cardoso, a aceitação incontrolada dos princípios do mercado livre e a total submissão aos dogmas do capitalismo glo-

balizante deixaram o Brasil em deplorável situação de debilidade econômica e social. Chegamos ao paradoxo de privatizar grande parte do patrimônio público (o Governo arrecadou R\$ 37,4 bilhões somente em 1998) e, ao mesmo tempo, aumentar a dívida interna do país, entre 1995/1998, de R\$ 60 bilhões para R\$ 350 bilhões, e a dívida externa de US\$ 100 bilhões para US\$ 230 bilhões. Pouca gente sabe que as propaladas reservas cambiais, que alcançaram US\$ 70 bilhões, nos deram um prejuízo, apenas durante o ano de 1998, de R\$ 14,9 bilhões (conforme "Folha de S. Paulo" de 31/12/98), decorrente da diferença de remuneração entre os ati-

vos (aplicados a taxas de 3% a 5% ao ano) e os passivos pagando mais de 29% ao ano (Taxa Selic), referentes ao lançamento de títulos pelo Banco Central para enxugar os meios de pagamento (reais em circulação).

Pior é a nossa posição cambial, com déficit na balança comercial de US\$ 8,3 bi, em 1997, e US\$ 6,4 bi em 1998, enquanto no último ano do Governo Itamar Franco (1994), o país teve superávit comercial de US\$ 10,5 bilhões. No balanço de pagamentos, apresentamos números deploráveis: em 1997, o déficit em conta corrente atingiu US\$ 33,4 bilhões, em 1998, em torno de US\$ 34,6 bilhões.

Entretanto, o desemprego se elevou, disseminando a miséria; as pequenas, médias e grandes empresas carentes de créditos vergam e sucumbem, sob os maiores juros do universo e a concorrência desigual de produtos importados, financiados, a prazos longos e juros baixos, e/ou subsidiados nos países de origem.

O Brasil está monitorado pelo FMI e o Governo não se empenha em achar soluções brasileiras para problemas compatíveis com nossa realidade, desconhecendo que o mercado totalmente livre está com seus dias contados. O Estado não pode eximir-se de seu papel de neutralizador de crises e de indutor do desenvolvimento para geração de empregos.

A China cresceu 8,8% em 1997 e 7,8% em 1998 (PIB); Japão, Índia e Austrália seguem seus próprios destinos e quase todos os países da Europa buscam alternativas ao neoliberalismo. E o Brasil, quando irá reagir e adotar novos rumos? A simples troca do presidente do Banco Central pouco representa.

LÉO DE ALMEIDA NEVES é suplente de senador pelo Paraná e ex-deputado federal.

## O Estado não pode eximir-se de seu papel de neutralizador de crises